

PROGRAMA MAIS GESTÃO: NOVOS HORIZONTES PARA O CURSO DE TECNÓLOGO DE GESTÃO DE COOPERATIVA DA UFRB

Adriane Carneiro de Almeida¹; Alessandra B. Azevedo².

A rede de Universidades, organizadas pelo MDA, é formada por 09 (nove) universidades federais e um instituto federal. Ela tem o objetivo de avaliar o programa Mais Gestão nas distintas regiões do Brasil onde é implementada a política pública Mais Gestão e também realizar estudos sobre as cooperativas e demais organizações econômicas da agricultura familiar em todo o Brasil. A iniciativa de assessorar a gestão das cooperativas é uma ação estratégica para a consolidação da Lei 11.947/2009 e todo potencial de mercado que ela abre para as organizações dos agricultores. A gestão nas cooperativas sempre se mostrou como um grande desafio para os agricultores familiares que muitas vezes sem saber como ocorre de maneira empírica toma decisões e é influenciado por elas, o que pode contribuir para o fracasso do empreendimento. Essa realidade é mais presente quando analisamos o acesso de políticas públicas e compras governamentais como PAA e PNAE. Buscando fixar o jovem no campo e estimular que esse jovem cada vez mais esteja engajado na gestão dos empreendimentos, o MDA solicitou a rede que uma das metas seja a elaboração de iniciação profissional no Cooperativismo – “ Jovem Cooperativista”. A rede de universidades por possuir cursos de gestão de cooperativista está montando a proposta através de um piloto com os seus estudantes, as ATERs que prestam assessoria para as cooperativas do Mais Gestão e as cooperativas. Os estudantes através de estágios contribuem para a dinamização das rotinas administrativas das cooperativas, o curso se aproxima das ATERs, abrindo mais campo de trabalho para os estudantes e também os discentes participam da elaboração da proposta do “Jovem Cooperativista”. Na UFRB a experiência tem sido muito enriquecedora tanto para os alunos diretamente envolvidos como para o curso que conseguiu se aproximar das ATERs envolvidas no Programa Mais Gestão e vislumbrar outras parcerias. Atualmente existem 10 estudantes do curso de Gestão de cooperativas participando dessa etapa do projeto. A experiência apresentada no pôster partiu de uma metodologia participativa de vivência, onde a estudante durante 8 horas semanais contribui com os desafios administrativos financeiros da cooperativa. Tanto para a sua formação como para a cooperativa tem sido uma experiência enriquecedora.

Palavras-chave: Aassessoria técnica de gestão. Programa Mais Gestão. Empreendimento Econômico Solidário.

1 Graduada em Gestão de Cooperativas – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Adrianelmaieda01@hotmail.com

2 Doutora em Política Científica e Tecnológica e docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. abaazevedo@gmail.com

EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: UMA BREVE ANÁLISE DA ARCO SERTÃO CENTRAL

Euzimar Cordeiro Carneiro³

1 INTRODUÇÃO - Este trabalho objetiva apresentar uma tipologia econômica pouco praticada, mas, que é muito citada e comentada nos dias atuais, a Economia Solidária (ES). Para isso há uma apresentação, definição e abordagem de suas características, seus componentes, suas fragilidades que a diferenciam da economia capitalista. Também explicitou-se sobre os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e o papel que tais empreendimentos possuem para cumprir os princípios e ensinamentos da ES. Por fim, apresenta-se uma experiência modelo desses empreendimentos, através de uma breve abordagem sobre o Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia. Para realizar essa pesquisa fez-se um recorte bibliográfico dos conceitos e definições da ES e dos EES, como também uma exploração e descrição sobre o objeto estudado, levantando informações pertinentes ao empreendimento, como sua atuação, seus parceiros, seus desafios, seus produtos e serviços, sua comercialização e seus resultados.

Metodologicamente o trabalho caracteriza-se de natureza qualitativa, em conjunto com uma pesquisa descritiva que determinou todas as características do fenômeno estudado e também uma pesquisa exploratória a fim de aumentar a familiaridade com o caso, explicando seu processo e conceitos. O caso estudado foi de uma Central de Cooperativas de Comercialização dos produtos da agricultura familiar e economia solidária que fica situada no município de Serrinha- BA, mas, que abrange quase toda Bahia. Optou-se por esta instituição econômica solidária por ser uma experiência piloto no estado quando falamos em comercialização, prestação de serviços, e formação na área temática do trabalho..

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA - É consenso que o modo de produção capitalista em seu processo incessante na busca do lucro gera enormes desigualdades e inúmeros problemas. É consenso também que o mesmo não resolve ou não se interessa por resolver parte dos problemas da nossa sociedade e muitas alternativas vêm sendo alimentadas neste sentido em pequenos, médio e grande parte de algumas localidades. A Economia Solidária (ES) segue princípios que permite a execução de um comparativo com as bases fundamentais de um país, são elas: a democracia, solidariedade, cooperação, equidade, valorização do meio ambiente, valorização do trabalho humano, valorização do saber local, igualdade entre os gêneros, geração, etnia e credo, além da autogestão. Todos esses pontos fortificam o processo de desenvolvimento vivido por nós. Em outras palavras economia solidária, é um conjunto de iniciativas e decisões praticadas por um coletivo, tendo como principal objetivo a valorização do ser humano e de seu habitat. É outro modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. (SINGER, 2002).

Barbosa (2007) acredita que a economia solidária é uma forma de precarização do trabalho, ou seja, é uma contenção que traz a perda dos direitos trabalhistas como também intensifica a desigualdade social por oferecer empregos de qualidade contestável e não ter uma proteção social garantida para os trabalhadores. A autora ainda evidencia as contradições que segundo ela, a economia solidária vem a ter. Uma delas é a circunstância de que os empreendimentos de economia solidária estão submetidos ao sistema capitalista por esse possuir suas normas de funcionalidade, o que vem a dominar

³ Graduando em Administração da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XI – Serrinha-BA - E-mail: euzimarmoraes@hotmail.com

o funcionamento dessas organizações solidárias. A autora explana ainda, que o mercado abrange todos os espaços sócios econômicos e que por isso quem reside no seu entorno está sujeito a julgamento das ações que venham a ser tomadas. Barbosa (2007) ainda explana que a Economia Solidária têm intenções apreciáveis, mas que suas estratégias e definições não são externadas de maneira objetiva e convincente, como também não identifica a supremacia e a capacidade que o capitalismo tem.

Os empreendimentos econômicos solidários e todos seus vínculos são organismos de impulsão e extensão da economia solidária, portanto, são vias de promoção da comercialização de produtos e serviços de forma justa e solidária, do intercâmbio de informações para formação política cidadã dos indivíduos como também da prática do bem estar ou do bem viver, que representa principalmente a emancipação subjetiva e autonomia das pessoas, isso não significa dizer que tais organizações tenham como objetivo o embate as empresas capitalistas nem ameaçar de fato o próprio capitalismo, mas sim a articulação de ações alternativas na busca pelo desenvolvimento qualitativo da sociedade.

Gaiger (2003, p.135) descreve que “Os empreendimentos econômicos solidários compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade”.

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS ALCANÇADOS - O trabalho foi realizado levando em consideração a experiência de um Empreendimento Econômico Solidário do setor comercial que está organizado em forma de uma Cooperativa. A ideia de constitui uma central de cooperativas partiu das ações da Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia – ARCO SERTÃO BAHIA, uma entidade não governamental que atua desde dezembro de 2002, sendo composta por EES (cooperativas e associações), que tem como finalidades entre outras articular, integrar e representar as organizações identificadas com processos de desenvolvimento local e sustentável; promover a inclusão social e econômica através da incorporação baseada nos princípios da ES; Promover e apoiar processos de comercialização solidária; Contribuir na constituição de espaços próprios que atendam as necessidades de comercialização das filiadas. Dentro do contexto dos dois últimos objetivos citados que se pensou na criação de um local onde os empreendimentos filiados e parceiros pudessem ter o apoio a comercialização, através de um espaço que se pudesse escoar a produção, uma base de serviço para prestação de serviços de embasamento a gestão, produção e formação e uma representação política institucional em busca de medidas públicas de apoio aos EES, criou-se a Arco Sertão Central..

A Arco Sertão Central, mesmo com seu pouco tempo de atuação, 03 anos, já tem trazido contribuições significantes. Antes, as prefeituras e escolas estaduais da região tinham enormes dificuldades para atingir o mínimo de compra (30%) exigido por lei para merenda escolar, pela falta de EES que atendesse a demanda quantitativa, além de cumprir essa demanda, o armazém consegue suprir a pirâmide alimentar devido sua variedade de produtos, com isso se alcança também a ampliação do acesso a mercado pelos EES cooperados e parceiros, de tal forma, vindo a incrementar a renda familiar das famílias.

Outro resultado de importante menção é a divulgação que se é conseguida para a agricultura familiar e economia solidária quando se alcança esse crescimento da comercialização. Se referindo a contribuição educacional direcionada para os empreendimentos cooperados, diversos cursos de qualificação são oferecidos em consorcio, com a finalidade de injetar conhecimento administrativo e melhorar a produção, servindo de alicerce para os mesmo conseguirem se comportar e atingir sua sustentabilidade perante um mercado tão competitivo e seletivo.

4 CONCLUSÕES - Observando a experiência da Arco Sertão Central, é possível notar que o gargalo dos EES é a comercialização, pelo fato de que a maioria não possui

infraestrutura adequada para atender a demanda de um mercado que de qualquer maneira é baseado no capital, o advento de uma organização desse tipo vem a suprir as necessidades fins desses empreendimentos singulares, ou seja, o apoio à comercialização.

O caso estudado demonstrou ser uma experiência que apesar das dificuldades, vem a ser de teor positivo, tanto comercialmente como socialmente, por atender as demandas de seus cooperados e também servir de interlocutor de relações institucionais com as esferas governamentais. A cooperativa hoje atende seus objetivos. Finda-se então que a economia solidária e seus empreendimentos vêm a serem canais de aprendizado subjetivo e coletivo que podem ser usado para desenvolvimento de uma sociedade, levando em conta que a partir do empoderamento educacional, político, econômico e social pode se garantir o crescimento de um município, estado, país ou nação.

Palavras-Chave: Empreendimentos Econômicos Solidários. Economia Solidária. Desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. N. C. ***A Economia Solidária Como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil.*** São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

GAIGER, Luiz Inácio. ***Empreendimentos Econômicos Solidários.*** In: CATTANI, A. D. (org). *A Outra Economia.* Porto Alegre: Ed. Veraz, 2003. P.306.

LIMA, M. I. R. ***Economia Solidária e Vínculos;*** Prefácio de Paul Singer. São Paulo: Ed. Ideias & Letras, 2013.

SINGER, Paul. ***Introdução a Economia Solidária*** – 1ª ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

A COMUNICAÇÃO DAS LUTAS POPULARES: OS DESAFIOS DO MOC PARA FORTALECER A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NO TERRITÓRIO DO SISAL

Lino Carneiro Junior

A presente pesquisa analisa o Programa de Comunicação desenvolvido pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC) no Território do Sisal, enfatizando as alternativas criadas e os desafios para tentar garantir o direito à comunicação. Lança-se assim o olhar para uma comunicação comunitária feita por grupos excluídos que enfrentam a realidade de maneira desigual, mas com os meios e recursos possíveis fazem uma comunicação alternativa para fortalecer a superação das desigualdades sociais, econômica, políticas e também comunicacionais. O estudo avalia ainda as políticas públicas de comunicação implantadas no Território do Sisal a partir de 2003, elencando pontos do debate sobre a democratização da comunicação. Serão analisadas publicações, peças, programas (rádio e tevê) e outros materiais de comunicação produzidos por grupos populares acompanhados pelo MOC. Utiliza o modelo de pesquisa-ação para investigar a realidade social indicada e tentar realizar uma possível intervenção. A ideia é contribuir com a transformação da realidade pesquisada, dialogar e criar espaços de participação e construção coletiva que possibilitem a interação entre o pesquisador, a entidade estuda e os grupos populares/comunitários. Seguindo os ensinamentos de *Carlos Rodrigues Brandão, o que se quer é uma compreensão a partir da teoria e da prática, mas criando solidariamente e nunca impondo partidariamente conhecimentos e valores*. Assim, faz-se necessário utilizar alguns procedimentos e articulação de canais de diálogo e participação, como por exemplo a revisão de literatura, montagem de referencial teórico, análise dos documentos, relatórios, fotografias, sites, blogs, revistas, periódicos, programas e planejamentos, organização e avaliação do material produzido/colhido ao longo da pesquisa para apresentação dos resultados, criação de círculos de diálogo com movimentos populares e organizações comunitárias. Pretende-se propor (intenção) a realização de um Planejamento e a construção de um Plano Territorial de Comunicação Comunitária para a região Sisaleira. Referências como o professor Boaventura de Sousa Santos são essenciais para o amadurecimento de ideias e construção de alternativas frente aos modelos estabelecidos pelo sistema capitalista. Não só ele, mas autores que compõe muitas das suas obras e que discutem a ligação entre lutas locais e constroem solidariedades globais para permitir o compartilhamento de experiências e o desaparecimento da atomização das classes subordinadas e suas lutas. Ao focar na nas organizações populares, seus desafios, práticas e políticas, predende-se recorrer a autores (as) como Cecília Peruzzo que ultrapassam o debate sobre o direito à informação.

Palavras-chave: Comunicação comunitária. Planejamento territorial. Participação popular.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura** — poder da identidade. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v.2.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PERUZZO, Cicila M.K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3 ed. São Paulo: Vozes, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.(a).

PAA: MECANISMO PARA A SOCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM CONCEIÇÃO DA FEIRA- BA

Maria de Fátima Costa Santana Marinho⁴;Tania das Graças de Souza Teixeira⁵

Esse artigo é dedicado ao análise da agricultura familiar no município de Conceição da Feira-Ba, com objetivo de compreender a relação político-social da agricultura familiar e a sua contribuição para comunidade escolar do município. Discutir como as políticas públicas do governo federal contribuem para que os pequenos agricultores se desenvolvam economicamente e tenha acesso aos benefício do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para aumentar a sua produtividade. Compreendendo que através do (PAA), eles possam vender seus produtos por meio dos Programas de incentivo do governo, que ajuda na manutenção do pequeno agricultor no campo, Programas como o (PNAE) Programa Nacional de Alimentação Escolar, que compra 30% da merenda escolar dos agricultores familiares, segundo a lei 11.947/2009. Esta pesquisa é de caráter metodológico teórico-empírico e exploratório, descritivo-interpretativo, pois pretende-se conhecer como as pessoas organizam o meio em que estão inseridas, a partir da convivência e das suas opiniões a ele consideradas. Sendo assim, é possível analisar de que forma a Agricultura Familiar vem atuando no abastecimento da merenda escolar no município de Conceição da Feira a partir do ponto de vista dos seus agricultores. Neste estudo foi adotada as observações, pois segundo Lüdke e André (1986, p. 26), “possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que apresenta uma vantagem. Em primeiro lugar, a experiência direta é sem dúvida o melhor teste de verificação da ocorrência de um determinado fenômeno “Ver para crer” diz o dito popular, junto com entrevistas não-estruturadas como instrumento de coleta de dados, e pesquisa exploratória bibliográficas. Desta forma conclui-se que através desse processo e a inclusão de programa, tem como um estudo importante de forma qualitativo do município de Conceição da Feira – BA, tendo na região associações de agricultor familiar que atende as escolas do município e é incentivada por programas que dão subsídio aos agricultores estabelecido pelo programa federal “PRONAF” e o (PNAE), sendo regido por leis que estabelece que 30% da compra da merenda escolar, seja feita pela agricultura familiar, tendo caráter social. Ressaltar que os incentivos do governo garante a evolução social e econômica dos agricultores familiares, e através dessas alternativas de produção e comercialização de alimentos abrindo-se um espaço para essa classe de trabalhadores rurais. Permitindo assim a criação de cadeias curtas de produção e comercialização, que aproxima produtores e consumidores, fortalecendo as relações sociais, e valorizando as diversidades produtivas e atendendo às necessidades das instituições públicas.

Palavras- chave- Agricultura Familiar, PNAE, PAA.

4 Graduando do curso de Licenciatura em Geografia (UEFS)

5 Graduando do curso de Licenciatura em Geografia (UEFS)

REFERÊNCIAS

Agricultura e Abastecimento alimentar: políticas públicas e mercado agrícola. ---Brasília: Conab, 2009.

BRASIL. Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as Diretrizes para a Formulação da Política Nacional da Agricultura e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

BUAINAIN Antônio Márcio, ALVES Eliseu, SILVEIRA José Maria da ,NAVARRO, Zander . **O mundo rural no Brasil do século 21:** a formação de um novo padrão agrário e agrícola – Brasília, DF : Embrapa, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST.** São Paulo, Cortez Editora, 2001.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Da fala do outro ao texto negociado:** discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. Paidéia, 2004, vol. 14, n. 28, p. 139-152.

GUANZIROLI, Carlos E. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI.** [et al.]/ Rio de Janeiro Garamond, 2001.

GONÇALVES , Wesceslau Neto. **Estado e agricultura no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro.** São Paulo: Embrapa, 1999.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar: Comparação internacional.** Campinas: UNICAMP,1998.

LUDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **O governo Lula dá adeus à reforma agrária. Brasil de Fato,** São Paulo, 22 dez 2008. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/3444>>. Acessado em: 15-10-2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil.** 2ª edição- São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Ática,1986.

SANTOS, Jose Antonio Lobo dos. **Implicações do Pronaf na produção do espaço rural de Feira de Santana.** Feira de Santana, Ba, UEFS Editora, 2009.

SCHENEIDER, S.A. **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 18, Nº 51, São Paulo. 2003.

SILVA, Jose Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar.**2 edição. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

ZANDER Navarro, PEDROSO, Maria Thereza Macedo. **Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar /** Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. P. 248 –

TURISMO COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: UM ESTUDO DE VIABILIDADE NO POVOADO CRASTO – SE

Natália Pinto da Silva⁶; Prof^o Msc. Joab Almeida⁷; Prof^a Msc. Lillian Maria de Mesquita Alexandre⁸

Muitas vezes associado como fonte de emprego e renda, e gerador de divisas, o turismo, assim como qualquer atividade econômica, pode trazer impactos positivos ou negativos aos atores nela envolvidos, o que gera a necessidade de um planejamento eficiente e eficaz na minimização dos prejuízos e potencialização dos benefícios em seu desenvolvimento. Assim, o Trabalho de Conclusão de Curso da autora surge com o objetivo de verificar a viabilidade da utilização do turismo como ferramenta de Inclusão Social no povoado Crasto, no município do Santa Luzia do Itanhi – Sergipe. Localidade de grande riqueza natural e cultural, que vem recebendo diversos investimentos em busca da estruturação da atividade turística, mas que sofre com a pobreza e falta de acesso aos serviços básicos por parte da comunidade nativa. Os objetivos específicos do trabalho são mapear as características sociais, econômicas, ambientais, culturais e turísticas da comunidade; analisar a relação entre visitante e visitado na e para a comunidade; identificar o grau de protagonismo comunitário existente na comunidade; e criar estratégias que utilizem o turismo como ferramenta de inclusão. A metodologia utilizada para alcançar estes objetivos serão as pesquisas exploratórias e historiográficas com fontes bibliográficas e documentais; entrevistas semiestruturadas com figuras estratégicas a ser documentadas tendo como recursos tecnológicos a fotografia e o gravador digital de voz; a observação direta participante, com desenvolvimento de diário de campo, além do registro fotográfico, e entrevistas com a comunidade local; e análise dos dados levando em consideração as dimensões da sustentabilidade através da matriz SWOT para avaliar a (in)viabilidade da utilização do turismo como ferramenta de inclusão na comunidade referida. As principais perspectivas desde estudo em desenvolvimento são entender a dinâmica local afim de observar se o turismo pode ser inserido naquela comunidade, e se os investimentos que a localidade vem recebendo das iniciativas públicas e privadas estão sendo empregados de maneira eficiente, além dar base a um projeto a ser desenvolvido posteriormente, que buscará viabilizar o planejamento e implementação do turismo com a finalidade de trazer inclusão à comunidade local.

Palavras-chave: Turismo. Planejamento. Inclusão.

6 Graduanda em Turismo na Universidade Federal de Sergipe; Técnica em Turismo e Hospitalidade - Instituto Federal de Sergipe; Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa Turismo, Território e Cultura e ANTUR - Grupo de Pesquisa em Antropologia e Turismo.

7 Professor Orientador; Professor do Núcleo de Turismo da Universidade Federal de Sergipe - UFS; Mestre em Geografia pela UFS; Especialista em Gestão Pública pela UFS; Graduado em Turismo pela UNIT. Atua nas linhas de políticas públicas e análise regional do turismo.

8 Professora Co-Orientadora; Professora do Núcleo de Turismo da Universidade Federal de Sergipe - UFS; Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe; Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe; MBA em Turismo: planejamento, gestão e marketing pela Universidade Católica de Brasília; Pós graduação em Educação a Distância pelo SENAC Nacional; Graduação em Turismo pela Universidade Tiradentes; Coordenadora do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Turismo – LEITur.

REFERÊNCIAS

CORIOLOANO, L. N. T. **O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORIOLOANO, L. N. T. (Org.) **O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local**. Fortaleza: Editora FUNECE, 2003.

FALCÃO, M. C. GÓMES, C. P. Análise da Sustentabilidade de Destinos Turísticos: Uma Proposta Teórica de Adequação do Modelo de Ciclo de Vida de Áreas Turísticas às Dimensões da Sustentabilidade. **Revista Turismo Visão e Ação** – Eletrônica, Vol. 14 – nº 13, p. 304 – 321, set-dez 2012.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 13. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1998.